

Saúde do DF não tem remédio

Há uma falta generalizada de remédios nas farmácias da Central de Medicamentos (Ceme) que funcionam junto aos centros e postos de saúde do Distrito Federal. A denúncia, feita pelo diretor do Centro de Saúde nº 4, de Taguatinga, Helvécio Bueno, é rebatida, no entanto, pelo secretário de Saúde, Tito Figueiroa, segundo o qual, não há falta de medicamentos, mas sim um aumento da população carente que eventualmente pode levar a casos isolados de pequenas faltas em uma ou outra farmácia.

Mas, segundo o diretor do Centro de Saúde nº 4 de Taguatinga, "a quantidade de remédios tem diminuído e alguns medicamentos nem mais são enviados". Ele não soube explicar porque há essa falta de remédios. Porém, um outro médico, que preferiu não se identificar, informou que numa audiência que teve com o secretário de Saúde, Tito Figueiroa, lhe informou que no ano passado foi gasta uma grande quantia para suprir a falta de medicamentos na Ceilândia, e por isso, este ano faltaram recursos para abastecer os centros e postos de saúde.

O mesmo médico disse que o secretário-geral do Ministério da Previdência e Assistência Social, Jofran Frejat, estaria tentando conseguir junto à Secretaria de Planejamento da Presidência da República uma verba extra para suprir a falta generalizada de medicamentos. Ele observou que essa informação não foi dada por Tito Figueirôa, mas preferiu não dizer de que fonte ela teria partido.

"A falta de remédios implica na nossa perda de credibilidade junto à população", reconheceu o diretor do Centro de Saúde nº 4 de Taguatinga. O reflexo disso, segundo ele, é a falta dos clientes às consultas.

O problema já levou Helvécio Bueno a fazer um le-

ano a Ceilândia, que supera todas as demais regiões, recebeu Cr\$ 30 milhões", revelou o secretário.

Segundo ele, no ano passado a Ceilândia recebeu Cr\$ 300 milhões em remédios para distribuição gratuita. Taguatinga, que vem em segundo lugar, ficou com Cr\$ 14 milhões. Disse, ainda, que somente com medicamentos para uso interno nos hospitais e demais unidades da rede, estão sendo gastos, este ano, Cr\$ 1,7 bilhão.

CEME

O Secretário de Saúde disse, também, que "muita gente não entende o que é realmente a Central de Medicamentos (Ceme)". E explicou: — A Ceme faz um contrato com as diversas secretarias de saúde, e compra os medicamentos dos laboratórios oficiais — que giram em torno de 16. Porém, a linha de produção não atende a todos os tipos de doenças incluídas na faixa de distribuição gratuita. A Ceme é um núcleo gerencial, que vez por outra, quando remédios faltam no Brasil, procura suprir as necessidades adquirindo dos laboratórios estrangeiros. Muitas pessoas vendo o nome Ceme nos frascos de remédios, pensam que ela é o fabricante.

Outro fator citado pelo secretário, foi o atraso na entrega de remédios por parte da Ceme, que depende dos laboratórios. Neste aspecto ele frisa que alguns problemas internos influenciam, mas que não chegou a provocar a falta de remédios, já que existe um plano de entrega da Fundação Hospitalar. "A distribuição é feita igual, de acordo com o núcleo populacional. Evidentemente, se houver um acréscimo da comunidade, ele estará incluído no programa básico, realizado no começo do ano".

vantamento da situação. Um relatório foi entregue por ele ao coordenador regional de saúde de Taguatinga, que, segundo o médico, deverá informar o secretário de Saúde sobre a gravidade do problema.

CASO

Uma ginecologista do centro de saúde dirigido por Helvécio Bueno, para ilustrar a gravidade do problema, mostra a ficha de uma paciente portadora de gonorreia. Preferindo também manter-se anônima, a médica revelou que sua paciente corre o risco da doença ficar crônica, tornando-a estéril. Isto porque, segundo ela, a farmácia do posto não tem a medicação que ela precisa tomar e a paciente também não tem dinheiro para comprá-lo. "E não só no nosso centro, o remédio não tinha em outros centros e nem no INPS", disse a médica.

No dia 18 de junho, essa paciente procurou o centro de saúde, onde se submeteu a uma cultura (exame de laboratório). Detectada a gonorreia, a médica lhe prescreveu os remédios Probecilin e Probenecid. No dia 28 de junho a paciente voltou e um novo exame deu resultado positivo. Como a doença persistiu, lhe foi recomendada uma nova dose de medicamentos. Ele teria que tomar 80 cápsulas de Tetraciclina.

A paciente voltou ontem ao centro de saúde e a médica detectou que o problema ainda persistia. Quando a médica indagou da paciente se ela teria tomado a medicação de forma correta, ela lhe respondeu que só havia tomado a metade das cápsulas. "No centro não tinha o medicamento, em outros centros também não tinha e nem no INPS, e eu não tenho dinheiro para comprar", foi a resposta.

Ocorre que as doenças venéreas constituem o principal problema de saúde pública no Distrito Federal. Só no primeiro trimestre deste ano 126 pessoas procuraram o centro de saúde com o mesmo problema daquela paciente, e há dois meses não há tetraciclina no centro de saúde de Taguatinga que é referência do Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

SECRETARIA

O secretário de Saúde do DF, Tito Figueiroa, disse que 70% da cota de medicamentos gratuitos prevista para este ano, já foi recebida e distribuída pela Fundação Hospitalar, no valor de Cr\$ 450 milhões. "Recebemos para essa distribuição Cr\$ 600 milhões, dos quais uma parte já está nos postos e centro de saúde. Somente em julho deste

existem períodos críticos, revelou Tito Figueiroa, principalmente no início do ano quando estão sendo elaborados os programas de trabalho, mas não há nenhuma diminuição de medicamentos de março para cá", afirmou o secretário. Segundo ele, em abril e maio deste ano foram realizados Cr\$ 113 milhões em remédios e, em junho Cr\$ 105 milhões. Cerca de 95 mil receitas foram recebidas pela Fundação, somente em julho, informou Tito.

No entanto, alguns médicos em Brasília são unâni- mes em dizer que a falta de medicamentos da Ceme já vem ocorrendo há mais de dois anos, principalmente na satélite da Ceilândia. Alguns vão mais longe, afirmando que no ano de 82 para 83, em época de campanha eleitoral, houve um desvio muito grande dos remédios para o Rio Grande do Sul.

CEME E INAMPS

O assessor de comunicação da Central de Medicamentos (Ceme), Thomás de Aquino, revelou que não tem nenhuma responsabilidade com a distribuição de medicamentos gratuitos nos hospitais e Centro de Saúde do Distrito Federal. Salientou que, "se existe uma falta de medicamentos e o abastecimento não está satisfatório a responsável é a Secretaria de Saúde, pois a Ceme centraliza e distribui seus produtos de acordo com a programação". E isto, confirmou o assessor, já foi cumprido, com dispêndios da ordem de Cr\$ 1,7 bilhão.

Mas não só nos Centro de Saúde sob a responsabilidade do GDF, freqüentemente faltam medicamentos. Na área do Inamps também as queixas são constantes e os estoques não conseguem suprir as necessidades básicas da população, de um modo geral.

Desta forma o diretor da Secretaria de Medicina do Inamps, Diraci Bandeira concorda que o suprimento de medicações não tem sido razoável e freqüentemente recebe reclamações. Afirmou que para o atendimento básico para os internos nos hospitais, a distribuição em geral tem estoques regulados. Lembrou que a linha de remédios hospitalares segue por intermédio do Inamps e que na rede ambulatorial, ela fica sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. "Temos o Posto de Assistência Central, que é responsável pelo estoque e quando surge algum problema de carência na rede do Inamps, temos procurado solucioná-lo, embora os recursos para isso sejam poucos.